

Individualidade e desenvolvimento moral em J. S. Mill

Isabel de Almeida Brand¹

Resumo: O fio condutor dos argumentos apresentados por J. S. Mill em *On Liberty* é de que o aperfeiçoamento da humanidade tem como fonte infalível e permanente o espírito da liberdade. Nosso objetivo é mostrar que o conceito de liberdade milliana se equilibra entre a promoção do cultivo da individualidade, na sua mais ampla pluralidade, e o desenvolvimento moral da sociedade.

Palavra-chave: Desenvolvimento – Individualidade – Liberdade – Stuart Mill

Individuality and moral development in J. S. Mill

Abstract: The guiding thread of the arguments presented by J. S. Mill in *On Liberty* is that the development of humanity has its infallible and permanent source in the spirit of freedom. Our objective is to show that the Millian concept of freedom is balanced between the individuality's cultivation, in its widest plurality, and the moral development of the society.

Keywords: Development – Individuality – Freedom – Stuart Mill

¹ Graduanda em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Bolsista de Iniciação Científica: CNPq. Orientador: Prof. Dr. Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros.

Stuart Mill observou que o mundo no século XIX estava mudando em um ritmo sem precedentes. As sociedades não estavam preparadas para enfrentar os desafios que o progresso traria, principalmente devido ao aumento de um conformismo social. Para combater as influências que levam à estagnação e se opor a uma sociedade massificada, o filósofo pretendeu orientar as pessoas numa dinâmica de mudança e incentivá-las a valorizar o progresso da sociedade. Mill desejava promover o crescimento humano e para isso ele organizou um sistema que garantiria uma ampla gama de liberdades civis e individuais. Desse modo, a liberdade funcionaria como uma proteção contra o despotismo e a estagnação.²

Nosso objetivo é mostrar que o conceito de liberdade milliana se equilibra entre a promoção do cultivo da individualidade, na sua mais ampla pluralidade, e o desenvolvimento moral da sociedade. Tendo em vista que, se por um lado, o despotismo dos costumes é um obstáculo para o desenvolvimento humano, por outro lado, a última fonte segura e confiável para o progresso da humanidade é o permanente espírito da liberdade.

Nas palavras de Mill,

O despotismo dos costumes é, em todas as partes, o entrave permanente ao avanço humano, mantendo-se em constante antagonismo com aquela disposição de aspirar a algo melhor do que o costumeiro, a qual é chamada, dependendo das circunstâncias, de espírito de liberdade ou espírito de progresso ou aperfeiçoamento. O espírito de aperfeiçoamento nem sempre é um espírito de liberdade, pois pode pretender impor aperfeiçoamentos a um povo que não os quer; e o espírito de liberdade, na medida em que resiste a tais tentativas, pode se aliar em termos locais e temporários aos oponentes do aperfeiçoamento; mas a única fonte infalível e permanente de aperfeiçoamento é a liberdade, visto que assim todos os indivíduos são centros independentes de possível aperfeiçoamento. O princípio de progresso, porém, seja na forma do amor à liberdade ou na do amor ao aperfeiçoamento, é antagônico ao domínio do Costume, exigindo no mínimo a libertação desse jugo; e a disputa entre eles constitui o principal interesse da história da humanidade.³

O filósofo estava especialmente preocupado com o sentimento de servilidade dos seres humanos perante as preferências dos senhores seculares ou de suas divindades. Os sentimentos de repulsa às opiniões essencialmente genuínas se dão por meio dessa servilidade. Ao longo da história, por conta dessa repulsa muitos homens foram assassinados como hereges e muitas mulheres queimadas como bruxas.

Frequentemente, as simpatias comuns conduzem os indivíduos à identificação com grupos de referência como, partidos políticos, associações de classe, grupos religiosos, entre outros. Esse tipo de identificação é uma das vias para a formação da opinião pública. Nesse cenário, o papel das influências comuns para a orientação dos sentimentos morais da sociedade se deve menos à razão do que as simpatias e antipatias que pouco ou nada tinham

² HABIBI, *John Stuart Mill and the Ethics of Human Growth*, p. 33; SIMÕES, *John Stuart Mill e a liberdade*, pp. 29-30.

³ MILL, *Sobre a Liberdade*, p. 108.

a ver com os interesses comuns da sociedade. Na interpretação de Devigne⁴, Mill compreende que somos socializados pela opinião pública e que o senso de nossa própria existência depende dos outros. Dessa forma, as próprias sociedades são moldadas pela opinião pública. O problema é que no mundo moderno a maioria age em conformidade com a opinião pública irrefletidamente. Ao prescrever uma única noção de bom caráter, as classes dominantes, por meio do poderoso instrumento da opinião pública, conseguem tão efetivamente quanto qualquer política governamental, limitar o pensamento humano. Portanto, os sentimentos sociais e faculdades intelectuais da sociedade como um todo permanecem subdesenvolvidos. Nesse sentido, “o rumo atual da opinião pública apresenta uma característica especialmente calculada que a torna intolerante a qualquer manifestação acentuada de individualidade”.⁵

Apesar da liberdade e o desenvolvimento humano nem sempre serem sinônimos, a liberdade é um pré-requisito para propiciar às pessoas as melhores oportunidades para o cultivo e o refinamento de suas capacidades humanas.⁶ Nesse sentido, Mill acredita que em uma sociedade voltada para o progresso, o fluxo livre de informações auxilia no desenvolvimento do indivíduo. Por esse motivo, o filósofo defende veementemente a liberdade de pensamento e expressão como necessária para o bem-estar mental da humanidade. Sua hipótese é a de que, ao impedir a manifestação de apenas uma opinião contrária à maioria, estaria privando toda a humanidade de corrigir um possível erro ou ratificar uma verdade. Mill sintetiza seus argumentos em defesa da liberdade de expressão em quatro fundamentos distintos, a saber:

- (i) Quando existe a probabilidade de uma opinião contrária ser verdadeira e mesmo assim se tenta coercitivamente silenciá-la, pode-se incorrer em erro pela pretensão de infalibilidade.
- (ii) A opinião dominante pode estar ocultando uma parcela da verdade, desse modo, ao se silenciar uma opinião contrária, perde-se a chance de conhecer o restante da verdade.
- (iii) Mesmo que a opinião dominante corresponda a toda a verdade, ela será mantida à maneira de um dogma, pouco se compreendendo de seus fundamentos racionais, a menos que se aceite que ela seja objeto de séria e enérgica contestação.
- (iv) O próprio significado da doutrina corre o risco de desaparecer ou se enfraquecer, por isso é de extrema importância que ela seja discutida integralmente e frequentemente para que não se perca seu efeito vital, tornando-se totalmente estéril.

Mill reconhece que a livre discussão, ao invés de promover o ajustamento, pode muitas vezes intensificar a tendência ao sectarismo podendo levar até mesmo ao preconceito. Numa polêmica, a pior ofensa que se pode cometer é estigmatizar como maus e imorais os que defendem a opinião contrária, por isso ele defende a moralidade do debate público. Porém, preservar o princípio moral no debate não significa abdicar do conflito. Para Mill, o

⁴ DEVIGNE, *Reforming Liberalism. J. S. Mill's Use of Ancient, Religious, Liberal and Romantic Moralities*, p.111.

⁵ MILL, *Sobre a Liberdade*, p. 106.

⁶ HABIBI, *John Stuart Mill and the Ethics of Human Growth*, p. 136.

aspecto agonístico é intrínseco ao caráter da discussão. O choque de opiniões provoca um efeito salutar para o homem e a sociedade. A confiança no julgamento depende de a opinião ter sido defendida contra todas as objeções lançadas sobre ela dos mais diversos ângulos e conflitantes direções. Com a salvaguarda de que a arena continue aberta para que novas verdades possam chegar até nós. Isso porque, a mente humana possui uma qualidade particular que Mill chama de “corrigibilidade”. Essa capacidade é o potencial que os seres humanos têm de corrigir os próprios erros por meio do exercício do julgamento aprimorado sobre as atividades nas quais se envolvem. Ela é a “fonte de tudo que é respeitável no homem, seja como um ser intelectual ou moral”,⁷ pois por meio dela o homem é capaz de retificar seus enganos por meio dos fatos e argumentos expostos nas discussões. Porém, essa qualidade não é nata, ela é adquirida e sua aquisição requer o exercício do debate sobre as vantagens e desvantagens das diferentes experiências.⁸

Para o desenvolvimento da inteligência e o julgamento dos homens, não basta que alguém concorde que uma proposição seja verdadeira, ou ainda que tal crença venha de alguma autoridade, é preciso conhecer os fundamentos das próprias opiniões. De acordo com Mill, todos os assuntos onde é possível haver diferenças de opiniões, como a moral, religião, política e relações sociais, a verdade depende do equilíbrio entre as razões conflitantes. Assim, é necessária uma suspensão do juízo a fim de conhecer ambos os lados das questões para que se tenha base para preferir um ou outro. Uma reflexão antagônica para essa hipótese, sugerida pelo filósofo, seria supor que alguém contrário ao livre debate questionasse a necessidade de se conhecer e entender tudo o que os filósofos podem dizer contra ou a favor de suas opiniões, que aparte das obviedades, basta ter confiança na autoridade apta para tal tarefa. Porém, mesmo considerando tal perspectiva, a necessidade da certeza racional é mantida, pois se deve assegurar que todas as objeções sejam enunciadas livremente, mesmo que somente por filósofos e teólogos, e que encontrem respostas satisfatórias. Dessa forma, para que os mestres da humanidade conheçam tudo quanto devem, é necessária que se escreva e se publique suas ideias.

A liberdade de expressão é derivada da liberdade de pensamento e esta teria pouco valor se a pessoa não fosse livre para testar suas ideias no mercado intelectual. Para desenvolver plenamente o pensamento é necessário submeter as próprias ideias ao escrutínio de outros. Ao fazer isso, o indivíduo deve ser livre para se expressar para os outros e para se associar a outras pessoas que considerem suas questões críticas. A exceção observada é quando essa conduta se torna prejudicial a terceiros.⁹

Habibi¹⁰ defende que, em Mill, as liberdades de pensamento e discussão não são valorizadas por si mesmas. Elas são justificadas porque aumentam o leque de escolhas dos indivíduos e os ajudam a se tornar mais hábeis no uso de suas faculdades humanas. O comentarista entende que Mill acredita que em uma sociedade voltada para o progresso, o fluxo livre de informações auxilia no desenvolvimento do indivíduo e também serve para elevar o nível de tomada de decisão coletiva. Dessa maneira, a liberdade de pensamento e expressão leva ao crescimento. Por outro lado, o crescimento é necessário para fazer essas liberdades funcionarem. Sem o tema subjacente do crescimento para ajudar a canalizar essas

⁷ MILL, *Sobre a Liberdade*, p. 37.

⁸ DEVIGNE, *Reforming Liberalism. J. S. Mill's Use of Ancient, Religious, Liberal and Romantic Moralities*, p. 114.

⁹ FITZPATRICK, *John Stuart Mill's Political Philosophy*, p. 65.

¹⁰ HABIBI, *John Stuart Mill and the Ethics of Human Growth*, pp.137-8.

liberdades elas não teriam muita utilidade. A livre discussão em uma sociedade que não tem compromisso com a descoberta ou o avanço equivaleria a uma confusão balbuciante. A desinformação e o erro abundariam, e o aumento do conhecimento seria prejudicado.

A reflexão de Mill sobre o papel da liberdade de pensamento e discussão, a busca pela verdade e o valor do erro, leva ao reconhecimento da importância da diversidade nas sociedades. Assim como é útil que existam diversas opiniões, também é vantajoso que haja diversas experiências de vida. As experiências de um indivíduo dependem de suas escolhas que devem ser feitas segundo seu próprio discernimento. Para Mill,

Não há qualquer razão para que toda a existência humana deva ser construída seguindo apenas um ou poucos modelos (...) pessoas diferentes também requerem condições diferentes para seu desenvolvimento espiritual e, assim como a imensa variedade de plantas não pode existir de maneira saudável no mesmo ar e clima físico, tampouco as pessoas crescem saudavelmente no mesmo ar e clima moral. As mesmas coisas que servem de auxílio a uma pessoa para cultivar sua natureza mais elevada são obstáculos para outra. O mesmo modo de vida que é um estímulo saudável para uma, mantendo em plena forma todas as suas faculdades de ação e fruição, para outra é um fardo incômodo, que anula ou esmaga toda a vida interior. As diferenças entre os seres humanos são suas fontes de prazer, em suas sensibilidades à dor e em suas reações à diferentes ações físicas e morais sobre si são tais que, a menos que haja uma diversidade correspondente aos modos de vida, não obtém sua justa parcela de felicidade nem alcançam a estatura mental, moral e estética de que sua natureza é capaz.¹¹

O filósofo reconhece que as pessoas têm habilidades, talentos e interesses diversos e se inclinam para múltiplas oportunidades. Mesmo que haja necessidades, interesses e valores comuns, a natureza humana não tem um caráter universal. O cultivo da excelência deve ser incentivado em toda a extensão da variedade humana. De acordo com Mill, uma sociedade pluralista é muito mais propícia ao progresso do que uma sociedade uniforme. Nesse sentido, um ambiente diverso leva a uma sociedade dinâmica que pode oferecer às pessoas maiores oportunidades de desenvolvimento e realização pessoal.¹²

Segundo Mill, os europeus se orgulham de ser o povo mais inclinado ao progresso que existiu. As nações europeias devem seu progresso e desenvolvimento inteiramente a pluralidade e a diversidade de cultura. Embora tenha existido intolerância, raras vezes houve logro permanente em fazer com que todos os indivíduos, classes e nações seguissem o mesmo caminho. Cada qual seguiu por caminhos extremamente díspares e a bem do mútuo desenvolvimento, em algum momento, aceitou-se receber o bem que os outros ofereciam. Mill cita três períodos importantes para o desenvolvimento humano na Europa: o primeiro foi durante os tempos imediatamente após a Reforma Religiosa; outro momento, embora limitada ao Continente e a uma classe mais culta, o movimento intelectual da segunda metade do século XVIII; e terceiro, de duração ainda mais breve, a fermentação intelectual da

¹¹ MILL, *Sobre a Liberdade*, p. 104-5.

¹² HABIBI, *John Stuart Mill and the Ethics of Human Growth*, pp. 30-4.

Alemanha durante o período goethiano e fichtiano. O impulso dado nestes três períodos tornou a Europa o que é agora. No entanto, Mill constata que já fazia algum tempo que as aparências indicavam que esses impulsos estavam quase esgotados e os europeus estavam se esquecendo do valor da diversidade e buscando uma espécie perniciosa de igualamento. As variedades de situações e circunstâncias que moldam o caráter dos indivíduos se tornou cada vez mais semelhante. Esse igualamento que reúne as pessoas sobre as mesmas influências foi promovido pelo aperfeiçoamento dos meios de comunicação. Nos termos de Mill, as pessoas “agora leem as mesmas coisas, ouvem as mesmas coisas, veem as mesmas coisas, vão aos mesmos lugares, sentem esperanças e temores em relação aos mesmos objetos”.¹³

Tyndal¹⁴ afirma que o progresso social é o objetivo principal da teoria política de Mill e a diversidade é um meio para esse progresso. Ele acrescenta que Mill costuma usar o termo “diversidade” também para se referir ao que pode ser chamado de “diversidade individual”. O que o comentador quer enfatizar é que a diversidade de grupos culturais pode servir como uma rica fonte para a diversidade individual. De um modo geral, a diversidade cultural expõe os indivíduos atentos a modos de vida alternativos, fornecendo outro cenário contra o qual os indivíduos podem comparar suas crenças e experiências e refletir sobre suas próprias buscas.

Segundo Mill, a liberdade propriamente dita está onde a individualidade é capaz de se consolidar, desde que outrem não seja privado de buscar o seu próprio modo de vida. O livre desenvolvimento da individualidade é um dos elementos essenciais do bem-estar. O filósofo afirma que “onde não é o caráter da pessoa e sim as tradições e costumes de outras pessoas que constituem as regras de conduta, falta um dos ingredientes da felicidade e o ingrediente fundamental do progresso individual e social”.¹⁵

Mill aventa que a natureza humana não se desenvolve seguindo um modelo irrefletidamente. Ela não é como uma máquina que realiza um trabalho pré-determinado. O crescimento humano para Mill é mais uma questão de melhorar a natureza do que segui-la. Na natureza, o desenvolvimento natural das árvores e das plantas sugere um crescimento que se dá de forma gradual e espontânea. Mas, ainda que no sentido físico os humanos sejam naturalmente predispostos à maturação, o crescimento humano no sentido milliano é comparado ao cultivo. Desse modo, o desenvolvimento humano se dá por meio de uma atividade consciente e racional que requer esforço e atenção contínuos.¹⁶

O cultivo pessoal envolve saber desenvolver e modificar os próprios desejos e impulsos. Mill defende que quem acredita que o desenvolvimento da individualidade não deva ser incentivado em uma sociedade, deve crer também que naturezas humanas fortes são indesejáveis e que não é bom que a média de energia geral humana seja elevada. O argumento do filósofo é de que são os desejos e sentimentos fortes que alimentam a ação humana

(...) os desejos e os impulsos fazem parte de um ser humano perfeito, tanto quanto as crenças e as coibições: impulsos fortes só são perigosos quando não são devidamente contrabalançados; quando um conjunto de metas e inclinações ganha força ao passo que outros, que devem coexistir com ele, se

¹³ MILL, *Sobre a Liberdade*, p. 112.

¹⁴ TYNDAL, “Culture and Diversity in John Stuart Mill’s Civil Nation”, pp. 108-9.

¹⁵ MILL, *Sobre a Liberdade*, p. 89.

¹⁶ HABIBI, *John Stuart Mill and the Ethics of Human Growth*, p. 28.

mantêm fracos e inativos. (...) As mesmas suscetibilidades fortes que dão vigor e vivacidade aos impulsos pessoais são também a fonte de onde nascem o mais ardente amor pela virtude e o mais firme autocontrole.¹⁷

Ao defender a liberdade, Mill não está preocupado apenas com a satisfação dos desejos dos indivíduos. O cultivo pessoal não é antitético ao “espírito público”, aliás, em Mill essas concepções estão unidas entre si. Conforme argumenta Audard¹⁸, o filósofo transforma o conceito de individualismo possessivo e ligado a um indivíduo estático e atomizado em outro tipo de conceito. Com essa reformulação, o individualismo abstrato modifica-se e toma o caráter de individualidade. Neste novo conceito existe a dimensão de criação de si mesmo que remete à ideia de uma tarefa ou projeto e não um estado. A individualidade milliana depende de um processo dinâmico de individuação, de formação constante e empoderamento. Além disso, essa concepção está ligada a historicidade e o pluralismo de culturas. Nessa perspectiva, o indivíduo depende da interação com a história coletiva e a cultura para poder se desenvolver e progredir.

Segundo Mill, a sociedade por meio da educação deve proporcionar os meios para o desenvolvimento dos indivíduos, deixando-lhes o máximo de liberdade para concretizar o seu potencial. Para a realização desse potencial, o indivíduo precisa necessariamente do acesso ao patrimônio cultural, à memória e a história coletiva. Só há desenvolvimento do indivíduo quando ele é colocado em relação com os outros e suas obras. Isto é, o indivíduo só se desenvolve no contexto sociocultural e histórico. O acesso aos recursos sociais e culturais oferecem oportunidades de reflexão sem os quais o potencial do indivíduo não pode ser realizado. A liberdade é vista por Mill como uma experiência pessoal. Nesse sentido, a liberdade se torna um conceito relacional e inseparável da individualidade.¹⁹

Entre o público em geral, o cultivo da individualidade e o desenvolvimento moral podem ter perspectivas contrastantes de liberdade. A tarefa teórica de Mill é equilibrar a individualidade e o desenvolvimento moral da coletividade. Para o filósofo, o caminho que leva ao desenvolvimento social começa no nível individual com o autodesenvolvimento. Depois, ao melhorarem a si mesmos os indivíduos exerceriam um efeito progressivo sobre seus grupos sociais, instituições e comunidade. Destaca-se que um aspecto importante do crescimento humano é que ele é um esforço cooperativo, educativo e cumulativo que pode ocorrer ao longo do tempo e através de gerações. Portanto, o desenvolvimento é um processo recíproco e, para construir uma sociedade melhor, devemos promover o crescimento e a melhoria de seus membros individualmente.²⁰

A concepção milliana de florescimento humano, de acordo com a análise de Ikuta²¹ é caracterizada por três aspectos: individualidade, virtude moral e virtude intelectual. A individualidade implica orientar-se em direção às próprias crenças, que foram endossadas reflexivamente, e agir da maneira que se escolheu. Desse modo, devemos examinar criticamente nossas crenças e ações a fim de determinar as crenças e atos que constituem

¹⁷ MILL, *Sobre a Liberdade*, p. 93.

¹⁸ AUDARD, “John Stuart Mill et les transformations de l’individualisme libéral”, p. 48.

¹⁹ AUDARD, “John Stuart Mill et les transformations de l’individualisme libéral”, pp. 53-7.

²⁰ DEVIGNE, *Reforming Liberalism. J. S. Mill’s Use of Ancient, Religious, Liberal and Romantic Moralities*, p. 105; HABIBI, *John Stuart Mill and the Ethics of Human Growth*, p. 34.

²¹ IKUTA, “Mill as ambivalent democrat: The corruption and cultivation of human flourishing democratic society and politics”, pp. 702-3.

nosso caráter, em vez de ter nosso caráter determinado por outros. A virtude moral, entendida como uma preocupação com o bem dos outros, é outro aspecto importante do florescimento humano. Se a individualidade é fundamentalmente sobre como os indivíduos se relacionam consigo mesmos – isto é, com suas crenças e ações – a virtude moral refere-se a como os indivíduos se relacionam uns com os outros. Já, a virtude intelectual envolve certa disposição para o que está para além de si próprio, como o desejo de apreender sobre os objetos da natureza, a arte, entre outros. Assim, o que as virtudes intelectuais e morais compartilham é um cuidado e um engajamento, seja para com outros indivíduos, no caso da virtude moral, ou para com o mundo que habitamos, no caso da virtude intelectual.

Vimos que Mill admite que haja um ganho para o conjunto da sociedade civil quando há espaço para que a individualidade se afirme. Na interpretação de Brennan,²² a individualidade milliana é uma pré-condição da virtude. O ideal de excelência de uma pessoa virtuosa é o indivíduo autônomo que escolhe e reflete sobre os fins e seu plano de vida. Nesse sentido, a adesão irrefletida ao costume ou à opinião da maioria é contrária à virtude. Em seu ensaio, o comentador alega que o ponto a ser considerado na teoria de Mill é o de que na medida em que a individualidade é fomentada na sociedade ela proporciona o aparecimento de indivíduos que iniciam mudanças de paradigmas e novas maneiras de perceberem as coisas.

Na teoria milliana há uma complexa relação entre o social e o individual. Embora Mill não compartilhe das teorias contratualistas sobre o fundamento da sociedade, ele entende que todos que recebem a proteção da sociedade têm obrigações para com a mesma. Para o bem do convívio social se torna indispensável que cada um se obrigue a uma determinada linha de conduta em relação aos outros. Nesse sentido, o filósofo considera que a sociedade está justificada em impor tais condições a qualquer custo àqueles que não cumprem com as obrigações básicas para com a sociedade, qual sejam, respeitar os direitos dos outros e defender a sociedade. Mesmo que os atos responsáveis pelo prejuízo a outrem não violem direitos constituídos, o ofensor pode ser punido pela desaprovação geral, embora não pela lei. Nesse caso, é necessário que haja um debate se a interferência da sociedade será positiva ou não para o bem-estar geral. Nos casos em que a conduta pessoal não afeta outros, deve haver plena liberdade legal e social de agir e se enfrentar as consequências. Nessa última situação, os deveres para consigo mesmo não são socialmente obrigatórios, à exceção de que se tornem deveres para com os outros devido às circunstâncias. Saber em que circunstância a sociedade deve interferir é ainda objeto de muitas controvérsias entre os críticos de Mill.

Considerações finais

Compreendemos que a liberdade de pensamento e expressão carrega em si o compromisso com o crescimento. O livre debate se configura como uma relação dialógica na qual se levanta os pros e contras em um exame minucioso de um assunto ou problema e é por meio desse exame que são desenvolvidas as qualidades de mente como a percepção, raciocínio, autocontrole e julgamento. Em uma discussão não há uma direção prévia a ser seguida, pois o direcionamento se dá no próprio exercício da livre expressão das opiniões, isto é, no mesmo instante da experiência discursiva. Ademais, nos juntamos a Mill para dizer

²² BRENNAN, “Choice and Excellence: A defense of Millian Individualism”, pp. 483-6.

que só é possível se conhecer a totalidade de um assunto ouvindo as pessoas das mais variadas opiniões e mentes de todos os feitos. Nesse sentido, concordamos com Audard que, em Mill, o desenvolvimento pessoal não pode ser separado do desenvolvimento social. Porém, para que cada indivíduo possa desenvolver sua individualidade e adicionar valor não só si, mas também para os outros, como bem ressalta a comentadora, o acesso aos recursos sociais e culturais deve contar com uma igualdade de condições e alocação de recursos necessários à sobrevivência dos mais pobres. Essa condição inclui respeito e inclusão e não apenas ajuda.

Referências bibliográficas

AUDARD, C. “John Stuart Mill et les transformations de l’individualisme libéral”. In: *The Tocqueville Review*, Volume 33, Number 1, pp. 47-65. University of Toronto Press, 2012.

BRENNAN, J. “Choice and Excellence: A defense of Millian Individualism”. In: *Social Theory and Practice*, vol. 31, n^o 4, pp. 483-498. Florida: University Department of Philosophy, 2005.

DEVIGNE, R. *Reforming Liberalism. J. S. Mill’s Use of Ancient, Religious, Liberal and Romantic Moralities*. New Haven: Yale University Press, 2006.

FITZPATRICK, J. *John Stuart Mill’s Political Philosophy*. London: Continuum Studies in British Philosophy, 1988.

HABIBI, D. *John Stuart Mill and the Ethics of Human Growth*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2001.

IKUTA, J. “Mill as ambivalent democrat: The corruption and cultivation of human flourishing democratic society and politics”. In: *Philosophy and Social*, Vol 41 (7) pp. 697-724, 2015.

MILL, J. S. *Sobre a Liberdade*. Trad. Denise Botmann. Porto Alegre: L&PM, 2018.

SARTORI, G. *A teoria da democracia revisitada – Volume 1 - O debate contemporâneo*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1994.

SIMÕES, M. *John Stuart Mill e a liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

TYNDAL, J. “Culture and Diversity in John Stuart Mill’s Civil Nation”. In: *Utilitas*, Cambridge University Press, Vol. 25, n^o 1, pp. 96-120, 2013.